

**FORA DA
ESCOLA
NÃO PODE!**

GUIA DE BOAS PRÁTICAS

BUSCA ATIVA ESCOLAR

ESPÍRITO SANTO

EXPEDIENTE

REALIZAÇÃO DA PUBLICAÇÃO

PARCERIA ESTRATÉGICA DO UNICEF

Instituto EDP

PARCERIA INSTITUCIONAL

Secretaria de Estado da Educação (SEDU)

PARCERIA TÉCNICA

Centro Dom José Brandão de Castro (CDJBC)

Coordenação: **Joilda Aquino**

COORDENAÇÃO E REVISÃO TÉCNICA

Daniella Rocha Magalhães | Maria Isabel Abelson

Redação e edição: **Anny Santos | Rebeca Ribas Bulhosa**

Revisão: **Anny Santos | Rebeca Ribas Bulhosa**

Diagramação: **Diego Souza**

Foto de capa: **Matheus Rodrigues**

BUSCA ATIVA ESCOLAR

INICIATIVA

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime)

PARCEIROS ESTRATÉGICOS

Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas)

Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems)

SUMÁRIO

04

APRESENTAÇÃO

06

PLANO DE AÇÃO COMO INSTRUMENTO VIVO EM NOVA VENÉCIA

09

COMITÊ GESTOR ATUANTE E INTERSETORIALIDADE FORTALECIDA EM PRESIDENTE KENNEDY

14

FLUXO DE ATENDIMENTO DE CASOS E O PAPEL CENTRAL DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA

19

COMO O REGIME DE COLABORAÇÃO APOIA O ACESSO À ESCOLA EM GUARAPARI

23

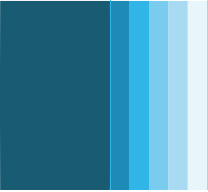
TRAJETÓRIA DA BUSCA ATIVA ESCOLAR ESTADUAL NO ESPÍRITO SANTO

30

PLATAFORMA EM MARECHAL FLORIANO É INSTRUMENTO DE GESTÃO INTERSETORIAL

36

CONSIDERAÇÕES FINAIS



APRESENTAÇÃO

A Busca Ativa Escolar é uma estratégia composta por uma metodologia social e uma plataforma tecnológica gratuitas que apoiam os governos para uma ação intersetorial no enfrentamento à exclusão e ao risco de abandono escolar. Com isso, pretende assegurar os direitos fundamentais de crianças e adolescentes, em especial o direito à educação.

Grande parte dos municípios capixabas participam da Busca Ativa Escolar desde seu lançamento em 2017. De lá para cá, o compromisso se fortaleceu ainda mais, com todos os 78 municípios aderindo nos ciclos 2021 e 2025¹. Como resultado, cerca de 21 mil meninas e meninos já passaram pela BAE no estado e, desses, mais de 5.500 voltaram para a escola².

Esse avanço deve-se à atuação integrada entre as secretarias municipais de Educação, Assistência Social e Saúde. Cabe ainda destacar o papel da Secretaria Estadual de Educação (SEDU) que, por meio do regime de colaboração, apoia os municípios na implementação, bem como o faz junto à sua própria rede educacional.

Ademais, esse trabalho vem sendo apoiado, ao longo dos anos, pelo UNICEF e pela Undime, juntamente com a organização da sociedade civil Centro Dom José Brandão de Castro (CDJBC), que oferta assessoria técnica aos municípios capixabas, e pela iniciativa privada, por meio da EDP, cuja parceria permitiu avançar ainda mais em termos de formação, de mobilização e de bons resultados.

A metodologia da BAE é amplamente adaptável aos diferentes contextos brasileiros, o que permite autoria e autonomia aos municípios e estados participantes. Esses diversos modos de fazer são apresentados neste **Guia de Boas Práticas da Busca Ativa Escolar no Espírito Santo**. O objetivo é visibi-

1. A Busca Ativa Escolar segue o ciclo das gestões públicas. Portanto, sempre que há novo pleito, governadores(as) e prefeitos(as) precisam readotar para garantir seu compromisso com a estratégia. Os ciclos municipais são: 2017-2020; 2021-2024 e 2025 e 2028. Já os ciclos estaduais são: 2019-2022 e 2023 - 2026.

2. Dados da plataforma BAE em 08/03/26. Para saber números atualizados acesse: buscaativaescolar.org.br/municipios



Encontros presenciais da Busca Ativa Escolar no Espírito Santo em 2024 e 2025.

**FORA DA
ESCOLA
NÃO PODE!**

lizar experiências exitosas que precisam ser celebradas, bem como inspirar outros municípios e estados na solução de desafios que também podem ter encontrado.

Cada município apresenta sua experiência relativa às temáticas previstas na metodologia: plano de ação, intersetorialidade, regime de colaboração, fluxo de atendimento das escolas e uso da plataforma, além da experiência da Secretaria Estadual de Educação (SEDU) com sua rede e no regime de colaboração.

O Guia compartilha ações desenvolvidas pelas equipes que se mostraram eficazes para assegurar o cumprimento das políticas de acesso e de permanência na escola. Assim, é uma oportunidade de ensinar e aprender com pessoas, ações e ideias que têm grande potencial de gerar impactos positivos na implementação da Busca Ativa Escolar.

Que as experiências aqui relatadas sejam o ponto de partida para inspirar novas iniciativas que objetivem garantir o direito à educação de crianças e adolescentes. Afinal, **Fora da Escola, Não Pode!**

PLANO DE AÇÃO COMO INSTRUMENTO VIVO EM NOVA VENÉCIA

A Busca Ativa Escolar (BAE) ocorre em Nova Venécia desde o primeiro ciclo da estratégia, 2017-2020, mas ganhou novo fôlego com a definição de uma coordenação operacional específica para conduzir as ações e com a criação do Comitê Gestor, por meio do Decreto nº 16.860, de 1º de setembro de 2021. O município também aderiu ao ciclo mais atual, 2025-2028.

Para a coordenadora operacional, Vanessa Cassaro, o **plano de ação** é compreendido como um instrumento central para organizar a implementação da BAE, definindo fluxos, responsabilidades, metas e prazos, assim como é orientado pela metodologia. O instrumento inclui desde a abordagem às famílias, a formação das equipes, até o fluxo de gestão dos casos e a utilização da plataforma.



Vanessa Cassaro,
coordenadora
operacional da
Busca Ativa Escolar
de Nova Venécia

“Não é só ver que o estudante está fora da escola e tentar colocá-lo de volta, mas definir quais são as estratégias para trazê-lo e para que toda a população conheça o trabalho da Busca Ativa Escolar.”

Vanessa iniciou sua trajetória na BAE como técnica verificadora, conhecendo de perto a dinâmica das visitas domiciliares e o acompanhamento dos casos. Nessa época, já existia um plano de ação sendo executado no município, ao qual ela não tinha tido acesso e do qual ela não havia participado da construção. Ao assumir a coordenação operacional, ela seguiu realizando com a equipe o que estava previsto. Segundo a coordenadora, apesar desse planejamento não corresponder a uma perspectiva mais estratégica, sua execução permitiu a **visualização das dificuldades e do que deveria ser melhorado**.



©UNICEF/BRZ/Diego Souza

Registro da participação dos municípios no Encontro Formativo da Busca Ativa Escolar, 2024.

Ao tempo que realizava as ações, a equipe buscou se **apropriar mais do desenho da estratégia**, se aprofundando no estudo da metodologia e da plataforma. Também utilizou os materiais formativos e os guias disponíveis a fim de rever os procedimentos que eram aplicados, como por exemplo, o decreto de institucionalização da BAE e a organização das equipes. O processo foi **apoiado por espaços de troca com o UNICEF e a SEDU e por diálogos com outros municípios**.

O amadurecimento da equipe permitiu compreender a **importância do plano de ação para a qualidade do desempenho da Busca Ativa Escolar**, especialmente a necessidade de prever metas claras e indicadores de monitoramento. A elaboração do novo plano seguiu, portanto, com um **olhar mais estratégico**, incluindo, por exemplo, um conjunto de metas e ações de mobilização e de comunicação para fortalecer a implementação da BAE.

O planejamento envolveu a equipe da Secretaria de Educação, e a primeira preocupação foi fazer um **levantamento sobre o município que embasasse a definição das ações**, coletando dados demográficos e socioeconômicos, informações sobre sazonalidades, como ocorrências de enchentes e secas, e infrequência escolar. Buscaram também a **referência de planos de ação de outros municípios**, assim como o suporte da SEDU, que acompanhou o processo.

O segundo passo foi abrir **processos de escuta**, dando um caráter mais coletivo para essa construção. Depois da primeira versão elaborada, dialogaram com profissionais de outras áreas envolvidos com a BAE no município para uma primeira rodada de sugestões de aprimoramento. A conclusão da

elaboração do plano de ação será feita após a sua **apresentação em reunião do Comitê Gestor** para coleta de outros ajustes a serem incorporados na versão final, o que deve ocorrer em breve.

Um dos principais desafios identificados no percurso de elaboração do instrumento foi a **definição de prioridades e metas, considerando a realidade local**. Em Nova Venécia, o perfil predominante não é o de crianças e adolescentes totalmente fora da escola, mas de estudantes com trajetórias marcadas por ciclos de infrequência. O município, com forte base na agricultura — especialmente na produção de café —, enfrenta impactos de sazonalidade, como o período de colheita, quando há deslocamentos de famílias e maior incidência de faltas escolares.

O plano de ação precisou reconhecer essa sazonalidade e incorporar metas e ações específicas para prevenir esse tipo de abandono escolar e fortalecer a permanência. A primeira medida foi a realização da alimentação diária do quantitativo de faltas, pelas escolas, em um formulário. Com o monitoramento desses dados, é possível identificar padrões, unidades e territórios com maior incidência e situações que demandam intervenção prioritária em períodos mais críticos, como o da colheita.

A experiência de Nova Venécia evidencia que a **construção e a implementação de um plano de ação qualificado é um processo contínuo de aprendizagem**, que exige a coleta e a análise de dados, a definição de metas e o monitoramento dos resultados alcançados. A atenção a esse conjunto retroalimenta a sua execução e possibilita o fortalecimento da Busca Ativa Escolar.

COMITÊ GESTOR ATUANTE E INTERSETORIALIDADE FORTALECIDA EM PRESIDENTE KENNEDY

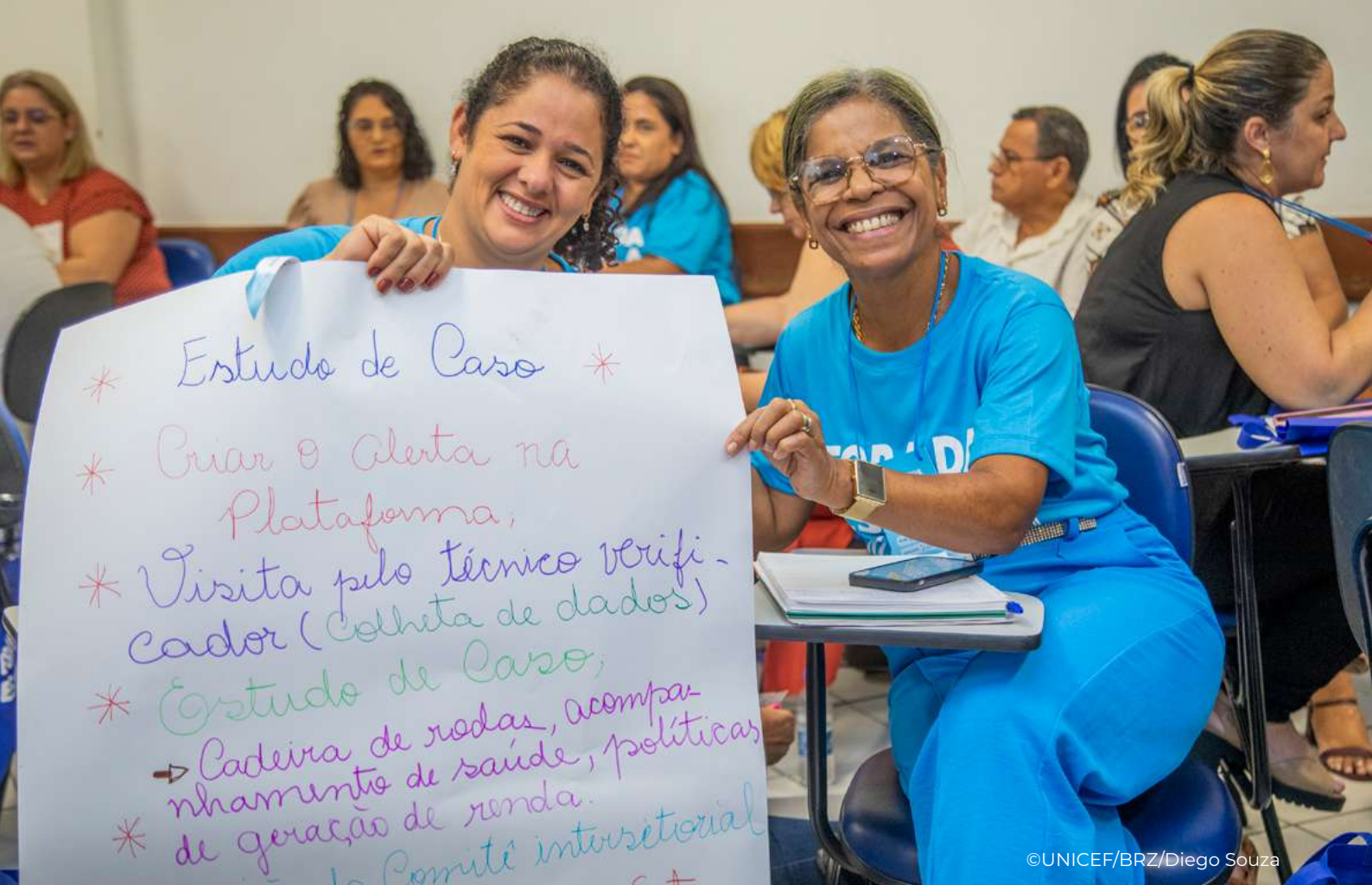
Com população atual estimada em 15.000 pessoas, Presidente Kennedy já figurou nacionalmente entre os dez de maior Produto Interno Bruto (PIB), graças à atividade de extração de petróleo e gás³. No município, a intersectorialidade tem se materializado por meio do **trabalho conjunto entre as secretarias de Assistência Social, Saúde, Educação e pela atuação do Conselho Tutelar**, que é visto como um **braço importante para o desenvolvimento da Busca Ativa Escolar**. Segundo a coordenadora operacional, Marta Alessandra dos Anjos, desde 2023, quando foi iniciada a BAE no município, houve todo um esforço para tirar a intersectorialidade do papel e, de fato, exercer a sua função essencial em relação à Busca Ativa Escolar.



Marta
Alessandra
dos Anjos,
coordenadora
operacional da
Busca Ativa Escolar
de Presidente Kennedy

“Compreendo que ninguém faz a Busca Ativa Escolar sozinha. Às vezes tem criança que está com defasagem na questão das consultas. Eu não consigo marcar um médico para ela sozinha. Eu tenho que acionar a Saúde. Se tem alguém precisando de uma cesta básica, eu não consigo a cesta básica sozinha. Eu tenho que acionar a Assistência Social, que também faz parte do retorno da criança à escola. Às vezes a criança tá com pouco uniforme, aí eu tenho que fazer solicitação na Educação, pedindo mais uniformes. São vários fatores que a gente faz. Então esse é o meu maior objetivo, o maior aprendizado em relação a isso e eu sou muito grata por estar na Busca Ativa Escolar”.

3. Fonte: Agência de Notícias do IBGE. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/45548-municipios-dependentes-da-industria-extrativa-freiam-desconcentracao-economica-em-2023>



©UNICEF/BRZ/Diego Souza

Equipes municipais exercitam o fluxo de intersetorialidade durante atividade prática no Encontro Formativo da Busca Ativa Escolar, 2025.

O Comitê da BAE no município reúne, além da Educação, representantes da Assistência Social, por meio do CRAS e do CREAS, do Conselho Tutelar e da Saúde. Marta desempenha um papel de articuladora dentro do Comitê, interligando todas as secretarias, além de ficar responsável pelas informações lançadas na plataforma da BAE. “Da equipe toda, quem está somente nesta função [da BAE], sou eu. Então, eu tenho tempo para ir às escolas. Às vezes eu chamo o Conselho Tutelar para ir junto, outras vezes, se for uma coisa mais simples, eu vou sozinha e, assim, eu faço serviço de articuladora, porque as outras partes têm as funções específicas da secretaria delas”, explica a coordenadora.

Atualmente, Marta exerce exclusivamente a função de coordenadora operacional e representa a Secretaria de Educação no Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Comdeca), no Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS), no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMPD) e no Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas (CMPPD) e integra o Comitê do Benefício de Prestação Continuada (BPC), assentos que acabam por se agregar na sua atuação na BAE.

O perfil das representações e as funções que desempenham nas suas secretarias aparecem como diferenciais na composição do Comitê da BAE.

De acordo com a coordenadora operacional, a técnica da Assistência Social possui muito conhecimento sobre as políticas de proteção social. O da Saúde é um enfermeiro, que interage tanto com a equipe médica (o que facilita encaminhamentos nesse campo), quanto com os/as agentes de saúde, que são muito importantes por conhecerem as famílias e circularem por todo o território, especialmente em locais de mais difícil acesso, como fazendas e sítios na zona rural, que equivalem a 65% da região. Assim, todos/as conseguem atuar a partir da sua posição funcional, como é orientado pela metodologia da estratégia, sem desvios ou acúmulo de funções. E a representação não é só nominal. A contribuição de cada um acontece efetivamente.

FATORES DE SUCESSO E DESAFIOS ENFRENTADOS

Os encontros do Comitê acontecem quinzenalmente e, excepcionalmente, semanalmente, caso haja alguma demanda específica. Esses momentos servem para a **partilha de informação sobre os casos entre os/as representantes**. Marta conta que, às vezes, a mesma família está sendo atendida pelo Conselho Tutelar e pelo CRAS, portanto, essa **troca ajuda a otimizar a resposta**, a não repetir ações que já foram realizadas e até a esclarecer ruídos. Os encontros são complementados com comunicação via WhatsApp, telefonemas e visitas da coordenadora. As demandas mais amplas para as políticas e programas sociais do município são levadas para reuniões dos conselhos, nos quais a coordenação tem assento.

A boa relação com o/a secretário/a de cada pasta figura como um fator que contribui para o funcionamento da intersetorialidade. **Quando a gestão entende a importância e o desenho da BAE, o trabalho é desenvolvido com mais fluidez**, mesmo nos momentos mais desafiadores, como quando há mudanças nas equipes, que impactam diretamente na representação no Comitê. Nesses casos, ocorre o diálogo com o/a Secretário/a para que haja a recomposição dos profissionais, de acordo com os papéis necessários à execução da Busca Ativa Escolar.

A **sobrecarga de profissionais** é sinalizada pela coordenadora como um desafio: “Quando a pessoa entra na equipe, o discurso é assim: ‘Nossa, mas eu já tenho tantas atribuições. Ainda mais essa?’, e a gente tenta contornar a situação e explicar para eles. Então, eu consigo articular bastante coisa”.

A **postura de pena e o olhar de julgamento** que alguns/algumas profissionais têm sobre os casos muitas vezes afetam a sua resolução: “A gente está visitando para ter esse apoio, essa empatia. A partir do momento que a família vê que a gente está ajudando, que a gente está caminhando com eles, que a gente está ali para abraçá-los, eles sentem mais confiança e aí a confiança da família passa para a criança”. Por isso ela sinaliza a importância de **momentos formativos continuados com todos/as os/as profissionais** envolvidos/as para que entendam as suas atribuições e a atitude que precisam ter perante os casos.



Às vezes você percebe que a criança está com defasagem lá no médico neurológico, tem muito tempo que não consegue uma consulta. E aí o próprio Conselho Tutelar pode estar junto com a gente pedindo à pessoa responsável para mobilizar essa consulta, agilizar. A gente tem que fazer esse trabalho, talvez vá até além do que a Busca Ativa Escolar propõe. O trabalho de empatia, de estar ali, de ser humano porque também tem muitas pessoas carentes, carente de atenção, carente de cuidado, carente de instrução. Então, se a equipe não tiver esse olhar aprofundado, infelizmente o trabalho não é feito porque ele fica superficial.”

Marta
Alessandra
dos Anjos,
coordenadora
operacional da
Busca Ativa Escolar
de Presidente Kennedy

Para a coordenadora operacional, **a atuação da escola, na perspectiva da BAE, precisa ser fortalecida**. O registro da frequência é feito, as crianças que estão faltando são identificadas e, apesar de ter uma equipe de Busca Ativa Escolar nas unidades, não está existindo um movimento de ir até a família para verificar o motivo da ausência, mesmo a unidade estando geograficamente próxima à residência da criança na maioria das situações. Em vez disso, a escola encaminha o caso diretamente para a equipe central da BAE no município, que já chegou a receber 20, 30 casos de uma mesma unidade de ensino. A ideia, segundo Marta, é fazer um momento de conversa com os/as gestores/as escolares para reforçar a orientação e sensibilizá-los/as sobre a importância da ação da escola.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO DE MÃOS DADAS - SEMPRE É TEMPO DE RETORNAR PARA A ESCOLA

A mãe de Lara⁴, de seis anos, estava com uma grave doença e iria passar por uma cirurgia. Antes de iniciar o procedimento, a menina acabou presenciando uma conversa de adultos, envolvendo a família materna, os irmãos mais velhos e o pai, na qual foram mencionados os riscos que a mãe corria. Ela fez a cirurgia e se recuperou, porém, o trauma gerado pela situação fez com que Lara não quisesse mais ir à escola, uma vez que temia não mais encontrar a mãe quando retornasse para casa.

A criança foi identificada em situação de infrequência escolar pela equipe da Busca Ativa Escolar da unidade de ensino. O caso já havia sido inserido anteriormente na plataforma pela equipe municipal antecessora, porém ainda não havia ocorrido o retorno da criança à escola. A coordenadora operacional dialogou com a equipe da unidade escolar - diretora, psicóloga e professora - para compreender o histórico de Lara, as ações já realizadas e possíveis fatores que contribuíam para a ausência escolar.

Posteriormente, a equipe municipal da Busca Ativa Escolar — composta pela coordenadora operacional, a assistente social e a psicóloga — realizou uma primeira visita à família. A mãe de Lara relatou dificuldades em manter a frequência escolar da criança, apontando questões relacionadas à adaptação e à rotina familiar. Lara foi atendida pela psicóloga da equipe da Busca Ativa Escolar. Também foram realizadas conversas com a escola onde ela estudava e outras visitas domiciliares para escuta e acompanhamento da família, que foi orientada sobre a importância da frequência escolar. A partir da interação com a equipe da BAE, a mãe decidiu então matricular a filha numa outra escola mais distante para ver se ela se adaptaria. A família também foi encaminhada para o CRAS para atualização e regularização do Cadastro Único e questões relacionadas ao Programa Bolsa Família, articulando com a política de assistência social, por meio do Comitê Gestor da BAE.

A equipe da Busca Ativa Escolar seguiu monitorando, trocando mensagens com a família, fazendo visitas e levando atividades lúdicas para a menina fazer em casa, até que ela se estabilizou e permaneceu na escola.

⁴. Nome fictício utilizado para preservar a identidade da criança, como determina o Estatuto da Criança e do Adolescente.

FLUXO DE ATENDIMENTO DE CASOS E O PAPEL CENTRAL DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA



Gabriela Vencioneck Manzoli, coordenadora operacional da Busca Ativa Escolar de Água Branca

“Eu acredito que, depois que veio a Busca Ativa, a gente tem essa maior preocupação: se o aluno não estiver na escola, ele não vai ser aprovado, nem vai ser reprovado, vai ser abandono. Esse aluno nem vai existir. E através do Censo, a gente sempre consegue verificar. Tem criança saindo, tem criança da planilha não localizada, tem alguém que tá se perdendo e a gente tá passando despercebido. Então, com a Busca Ativa, a gente tem esse novo olhar que a gente não pode deixar ninguém pra trás.”

Água Branca é um município capixaba de pequeno porte, com cerca de 10.000 habitantes (IBGE, 2022), que aderiu à Busca Ativa Escolar (BAE) no ciclo 2020-2024 e, posteriormente, no ciclo 2025-2028. Segundo a coordenadora operacional, Gabriela Vencioneck Manzoli, o município reconhece a importância da estratégia, pois a partir dela conseguiu aprimorar a identificação dos casos que até então não conseguiam visualizar. A coordenadora ressalta que o número de estudantes em risco de abandono escolar no município costuma ser pequeno, porque boa parte deles encontra-se na zona rural, e lá poucas crianças deixam a escola.

No município, a BAE é desenvolvida de forma articulada entre a Educação, a Saúde e a Assistência Social, incluindo também o Conselho Tutelar e o Ministério Público, quando necessário, fortalecendo a intersetorialidade como eixo central da estratégia. **A partir desse fluxo, busca-se identificar as causas que podem levar a criança ou o adolescente ao risco de abandono ou a estar fora da escola**, compreendendo se a situação está relacionada a questões educacionais, de saúde ou de vulnerabilidade social, para então realizar os encaminhamentos adequados à rede de proteção.

Em 2022, o **município institui seu Protocolo de Monitoramento da Frequência Escolar**, que distribui responsabilidades em relação à BAE para a equipe escolar e estabelece conceitos, parâmetros e instrumentos de monitoramento que, em linhas gerais, dialogam com o Protocolo de Busca Ativa Escolar estadual (Portaria 024.R2025) e indica os seguintes passos:

1) Monitoramento da frequência escolar realizado diariamente pelo coordenador escolar, através do Formulário de Acompanhamento dos Alunos Faltosos, preenchido pelo professor na primeira aula de cada turno. Alunos com duas faltas semanais, ou quatro num mesmo mês, são incluídos em outro instrumento, o Formulário de Acompanhamento da Frequência. Para fortalecer o monitoramento, foi criado ainda um terceiro **formulário mensal**, no qual cada escola assina e declara formalmente, à coordenação operacional, a existência ou não de estudantes em risco de evasão ou abandono. Esses instrumentos ampliaram a responsabilização das unidades escolares e evitaram que situações fossem identificadas apenas ao final do ano letivo.

2) Contato direto com a família pela escola, que pode acontecer por telefone, WhatsApp, ou outro meio disponível, para compreender os motivos da ausência do aluno na escola (questões de saúde, transporte, dificuldades familiares, entre outros). Em muitos casos, essa ação inicial já é suficiente para o retorno do estudante à escola.

3) Quando a infrequência persiste, a família é convocada a comparecer à escola novamente, onde é orientada acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente, que assegura o direito de frequentar a escola. Neste momento, a **família assina um termo de compromisso**, registrando a sua responsabilidade com a frequência escolar da criança e a ciência das possíveis consequências.

4) Não havendo resolução, o fluxo prevê o acionamento da **equipe da Busca Ativa Escolar**, juntamente com o Conselho Tutelar. Em situações mais graves, os casos podem ser encaminhados para o Ministério Público. A equipe da BAE, por meio do formulário da etapa de pesquisa, vai ao encontro da família para identificar quais os motivos do abandono ou evasão e quais são as respostas para resolvê-los, se demandam ações na Saúde, na Assistência Social ou mesmo na Educação. Toda a rede de proteção é mobilizada para interagir com as causas e tentar solucioná-las.

Além do acompanhamento de estudantes já matriculados, o município também atua na identificação de crianças que nunca frequentaram a escola. Esses casos geralmente chegam por meio da Assistência Social, especialmente em atendimentos relacionados ao Programa Bolsa Família, quando se verifica a ausência de matrícula escolar. A atuação integrada com a Saúde, por meio dos agentes comunitários de saúde, também contribui para a identificação de novas crianças no município que estejam fora da escola.

DESAFIOS DA CAMINHADA E FATORES DE SUCESSO

O maior desafio de Águia Branca é com o retorno **dos estudantes que abandonaram a escola**, especialmente aqueles que apresentam resistência persistente ou contextos familiares complexos. Ainda assim, o município reforça que o esforço, a tentativa e o acionamento de todos os recursos disponíveis são partes essenciais do processo, mesmo quando o retorno não é imediato ou garantido.

Uma dessas situações está relacionada a **adolescentes em transição do Ensino Fundamental para o Ensino Médio**. Nessa fase, alguns estudantes acabam não realizando a matrícula, seja por desinteresse, necessidade de trabalhar ou outros fatores. Como o Ensino Médio é ofertado exclusivamente pela rede estadual, esses casos demandam maior esforço da rede do município na identificação, na interlocução com a família e na articulação com a rede do estado.

A **zona urbana** do município é a que mais apresenta situações de crianças e adolescentes em risco de abandono da escola, segundo a coordenadora, devido à pressão para o início da vida produtiva sem concluir os estudos, dentre outros fatores. Gabriela também tem observado muitas crianças com **comprometimento na saúde emocional** e que não manifestam o desejo de ir para a escola.

A instabilidade das equipes da Educação, Saúde e Assistência Social é um desafio recorrente, gerado pelas mudanças nos quadros das secretarias. Situação, aliás, bastante comum na realidade da gestão pública brasileira. As equipes que atuam na BAE frequentemente são substituídas, gerando um retrabalho na sua recomposição, reorganização e formação. Todo o esforço empreendido, o amadurecimento com a experiência e o entrosamento adquirido é fragilizado, sendo necessário um novo investimento de tempo e energia, que poderia estar sendo aplicado no aperfeiçoamento da experiência.

Há um esforço grande empreendido pela coordenação **no monitoramento da equipe** para que os registros aconteçam, as informações sejam compartilhadas e os casos sejam resolvidos. Isso exige uma checagem diária do que está sendo realizado pela equipe. Além disso, todo ano é realizada uma conversa com a equipe sobre a Busca Ativa Escolar para reforçar os procedimentos e o papel de cada um. “Eu acho que isso que funciona, a gente sempre estar ali em cima, porque, no final, se a criança abandona quem é prejudicado, além da criança, é a escola, é o município. Então a gente sempre fala que lugar de criança é na escola”, avalia Gabriela.

Parte do êxito do município está diretamente relacionado ao **compromisso da gestão**, especialmente da Secretária Municipal de Educação, que acompanha de perto as ações, cobra a execução do protocolo e reforça constantemente a importância da Busca Ativa Escolar.

Recentemente, foram **contratadas duas psicólogas pela Secretaria de Educação**, que estão atuando como técnicas verificadoras e que têm contribuído bastante, segundo a coordenadora, sobretudo nos casos relacionados à saúde mental. “A gente tinha uma criança que estava com ela [ansiedade] há quase um ano. Um dia ela sumiu. A nossa equipe acionou nossas psicólogas. A gente achou que nem ia conseguir. Uma reunião que a gente teve com a família, ela começou a mandar a criança pra escola. Findou o ano com ela não indo todo dia, mas começou a ir”, conta Gabriela.

Na avaliação da coordenadora, a intersetorialidade tem funcionado também, principalmente a partir de 2025, quando houve bastante interação entre as pastas. A Educação assume ainda um papel central na condução do processo, atuando como articuladora. No entanto, a divisão de responsabilidades com a Saúde e a Assistência Social se mostra fundamental, especialmente nos casos que envolvem vulnerabilidades sociais ou questões de saúde. A Assistência Social disponibiliza psicólogo/a e assistente social que acompanham as famílias para fazer as visitas domiciliares previstas na BAE. Na Saúde, os/as agentes comunitários/as são orientados/as a observar e notificar a existência de crianças em situação de abandono, priorizando as que estão infrequentes e passando por algum problema de saúde.



©UNICEF/BRZ/Matheus Rodrigues

Ashley Ferreira estudante encontrada pela Busca Ativa Escolar.

DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA O MÉDIO -

BAE ATENTA À TRANSIÇÃO

Davi⁵ concluiu o 9º ano numa escola da rede municipal. O adolescente morava na zona rural e queria trabalhar na roça, conseguindo comprar o equipamento de trabalho e iniciá-lo. A equipe da BAE descobriu que ele estava fora da escola, porque a planilha de não localizados do Educacenso⁶ apontou que estava matriculado em um ano, mas no ano subsequente não foi encontrado em nenhuma escola. Ele já havia ficado praticamente um ano fora da sala de aula.

A equipe pesquisou quem era a família de Davi e o agente comunitário da educação fez uma visita na qual constatou que ele não queria ir mais para a escola porque estava trabalhando, ganhando o próprio recurso e achava que naquele momento não precisaria de escola para continuar a vida. Situações como essa são apontadas pelos estudos como um dos principais motivos de exclusão escolar entre adolescentes, além de caracterizar, em muitos casos, trabalho infantil, segundo a lei⁷.

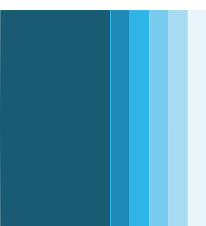
Ainda assim, a equipe continuou insistindo e buscou vaga junto às duas escolas estaduais do município, conseguindo uma no ensino noturno. Foram muitos contatos telefônicos e visitas à família, feitas pelo técnico verificador, falando sobre as possibilidades que Davi poderia ter na volta à escola. Até que ele se convenceu e voltou a estudar depois de um ano e meio afastado.

Para que sua volta fosse positiva, foi solicitado também o acolhimento da escola, que prontamente atendeu ao pedido. Davi foi acompanhado por um bom tempo pela equipe do município, como orienta a metodologia da BAE. Para isso eram enviados ofícios à escola estadual e ela retornava, informando que ele continuava matriculado e seguia bem nos estudos. Posteriormente o caso foi encaminhado para a SEDU, a fim de que ela passasse a fazer o seu acompanhamento.

5. Nome fictício utilizado para preservar a identidade do adolescente, como determina o Estatuto da Criança e do Adolescente.

6. O Educacenso é um sistema informatizado do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) que reúne dados individualizados de estudantes, professores, turmas e escolas públicas e privadas de todo país. A “planilha de não localizados” permite localizar estudantes que constam como matriculados no Censo Escolar de um ano e não constam mais no seguinte. Esses dados de possível evasão escolar podem ser importados para a plataforma da BAE como alertas pendentes a serem analisados pelo supervisor institucional. Para acessar o Manual do Educacenso, clique [aqui](#).

7. O Brasil é signatário das Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) nº 138, sobre Idade Mínima e nº 182, sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil. Para saber mais acesse, o [site da OIT](#).



COMO O REGIME DE COLABORAÇÃO APOIA O ACESSO À ESCOLA EM GUARAPARI

Guarapari aderiu à Busca Ativa Escolar (BAE) desde 2020, participando dos três ciclos municipais (2017-2020; 2021-2024 e 2025-2028) da estratégia. Naquele primeiro momento, a estrutura local era muito enxuta e não permitiu que a iniciativa avançasse o necessário. As **ações começaram a ganhar corpo com a designação de uma profissional para exercer exclusivamente a função de coordenação operacional** e que foi se apropriando da metodologia a partir da leitura dos materiais disponibilizados pelo UNICEF e pela Undime no *site* da BAE.

A interlocução com a Secretaria da Educação do Estado (SEDU) se deu mais adiante, segundo Júlia dos Santos Bernardo, coordenadora operacional de Guarapari, com a **estruturação da Gerência Estadual de Apoio à Permanência e Busca Ativa Escolar (G-ABAE)**. A partir daí, o contato passou a ser frequente e o suporte se efetivou. Ela conta que tem acesso total à gerência estadual da Busca Ativa Escolar e há articulação para o intercâmbio de dados. A G-ABAE acompanha o município à distância, mas também ocorrem encontros presenciais nos quais a BAE é pauta, além de processos formativos que são oferecidos pelo estado.

Segundo a coordenadora operacional, **as duas redes atuam de forma distinta e separadamente, mas existem momentos de colaboração**. São 65 escolas municipais e dez estaduais. Há um **canal aberto de compartilhamento de informações sobre os/as estudantes** que transitam de uma rede para a outra. O estado solicita alguns dados de alunos infrequentes, mas acontece também de o município detectar algum adolescente que esteja fora da escola durante uma visita domiciliar realizada pelos técnicos do CRAS ou CREAS que participam da BAE e que notificam o caso ao estado.

Na passagem do ano de 2024 para 2025, foi pactuado com o estado o encaminhamento de todos os nomes de alunos/as aprovados/as no 9º ano, que precisariam fazer a matrícula no Ensino Médio. Foi constatado que quase 400 alunos/as não haviam ingressado no Ensino Médio. O dado chamou a atenção do Ministério Público, que solicitou uma reunião com a Superintendência de Educação e a gerência estadual da BAE para entender o que estava acontecendo.



©UNICEF/BRZ/Matheus Rodrigues

Taylon Bispo teve seu direito à educação garantido por meio da Busca Ativa Escolar.

O município fez um levantamento do perfil dos/as estudantes que não se matricularam e quais eram seus bairros de residência, pois uma das hipóteses era de que a distância das escolas e a dificuldade com transporte era um impeditivo para a frequência escolar, além das vulnerabilidades de alguns territórios. Uma escola com 30 estudantes que não ingressaram, por exemplo, fica num território de alta vulnerabilidade, no qual muitos alunos concluintes do Fundamental acabam trabalhando ou, o que é mais grave, sendo cooptados pelo tráfico de drogas.

Para prevenir esse problema, em 2025 as escolas do município foram orientadas pela equipe da BAE a só entregarem o histórico escolar à família do estudante mediante a apresentação da declaração de matrícula no Ensino Médio. Isso permitiu que os/as estudantes que não haviam se matriculado fossem identificados. O **município também apoiou as escolas estaduais com a pré-matrícula** e orientou alunos/as do 9º ano sobre o que é o Ensino Médio e no que ele difere do Ensino Fundamental, principalmente no tempo de permanência na unidade escolar, por conta do modelo de tempo integral adotado pelo estado.

Também foi orientado que as escolas fizessem **rodas de conversa com os/as estudantes do 9º ano** para ouvi-los em relação aos seus planos de continuidade dos estudos e já mapear possíveis manifestações de abandono, buscando entender os motivos. Júlia diz já ter disponibilizado o apoio do município para fortalecer a intersectorialidade, criando uma **ponte entre o estado e o Conselho Tutelar, o CRAS, o CREAS**, entre outras instituições e equipamentos municipais, cuja atuação é fundamental na promoção do retorno do/a aluno/a à escola. O quantitativo de estudantes que já ingressaram no Ensino Médio em 2026 ainda não foi atualizado, mas espera-se que essas ações tenham gerado um recuo no abandono.

A coordenadora operacional conta que tem sido um desafio a **transição do modelo regular para o integral** para ambas as redes:



Júlia dos Santos
Bernardo,
coordenadora
operacional
de Guarapari

“Esses alunos nossos da Busca Ativa já tinham dificuldade de ficar quatro horas dentro da escola. Quando vai para o integral, é um baque, é diferente. Por essa razão, foi solicitada a ampliação da equipe da BAE com a contratação de mais um supervisor institucional focado unicamente nas escolas de tempo integral.”

©UNICEF/BRZ/Matheus Rodrigues



MUNICÍPIO E ESTADO CONSTRUINDO TRILHAS SEGURAS

DE RETORNO PARA A ESCOLA

Ricardo⁸ é um estudante trans, que estava matriculado no 9º ano da rede municipal em 2025, mas não estava frequentando as aulas. Ele não se sentia à vontade junto aos/às colegas do Ensino Fundamental devido à sua identidade de gênero.

Segundo a coordenadora da BAE em Guarapari, ele é um menino muito inteligente, mas que estava com a saúde mental fragilizada. A equipe da BAE conversou com a família e orientou Ricardo para acompanhamento médico, psicológico, psiquiátrico e também conversou sobre a possibilidade do seu ingresso, após a conclusão do Fundamental, na rede estadual no Ensino Médio, pois acreditava que isso poderia estimulá-lo.

A coordenadora operacional entrou em contato com diretoras de duas escolas estaduais próximas à residência do adolescente para consultá-las sobre a possibilidade de levá-lo para conhecer as unidades. Ambas as escolas receberam o menino com muito carinho. Ele foi apresentado à equipe pedagógica e aos/às alunos/as. Em uma das escolas, um estudante-monitor o levou para conhecer todo o espaço físico. A ação teve efeito positivo. Ricardo voltou a estudar e concluiu o Fundamental. Em 2026 iniciou o primeiro ano do Ensino Médio.

⁸. Nome fictício utilizado para preservar a identidade do adolescente, como determina o Estatuto da Criança e do Adolescente.



TRAJETÓRIA DA BUSCA ATIVA ESCOLAR ESTADUAL NO ESPÍRITO SANTO

A Busca Ativa Escolar (BAE) no âmbito da rede estadual do Espírito Santo ganhou densidade a partir de 2019, no início de uma nova gestão do governo do estado. Ela já acontecia nas escolas através do monitoramento da frequência e foi potencializada com a instituição do Programa Todos na Escola, que dialogava com as políticas federais e já expressava a centralidade do enfrentamento da infrequência e do abandono escolar. Como relatado por Mariza Barros Ribeiro da Vitória, Gerente de Políticas de Apoio à Permanência e Busca Ativa Escolar da SEDU (G-ABAE), “já era uma preocupação essa questão dos alunos que estavam infrequentes e aqueles alunos que estavam fora da escola, não só aqueles que frequentavam e tinham frequência, mas aqueles que não estavam na escola”.

A pandemia de COVID-19, a partir de 2020, impôs novos desafios. A ruptura dos vínculos escolares e os efeitos sociais e econômicos aprofundaram as desigualdades. O período pós-pandemia exigiu um esforço de “refidelização” dos estudantes, reforçando a importância da Busca Ativa Escolar como estratégia de reconstrução de trajetórias escolares.

Para os/as técnicos/as, a **criação da Gerência de Busca Ativa Escolar** na estrutura da SEDU, em 2023, por meio do Decreto nº 5.971-R de 2023⁹, representou um divisor de águas. Era início de um novo ciclo do governo do estado reeleito. Até então, a Busca Ativa fazia parte da gerência de estatística da Secretaria de Educação e, ao se criar uma instância específica, definiu-se a ação como prioridade e se abriu o espaço necessário para desenvolvê-la de forma mais ampla. O contexto era desafiador. O **estado avançava na ampliação das escolas de tempo integral** que fortalecem políticas de garantia de direitos. Houve todo um movimento para equipar as unidades de ensino e torná-las mais atrativas para os estudantes, mas ainda assim o abandono seguia com índices preocupantes.

9. O Decreto altera a estrutura organizacional básica e transforma cargos de provimento em comissão e funções gratificadas no âmbito da Secretaria de Estado da Educação - SEDU, sem elevação de despesa fixada. Para saber mais: [Decreto Nº 5971-R, de 18 de abril de 2023](#).

Nesse mesmo período, o processo de institucionalização também ganhou força normativa. A Portaria SEDU nº 004-R de 2023¹⁰ instituiu o Comitê de Monitoramento de Resultados de Movimento e Rendimento Escolar. Já a Portaria SEDU nº 110-R de 2023¹¹ fortaleceu o Comitê Intersetorial para a Busca Ativa Escolar e Trajetórias de Sucesso Escolar - estratégias executadas em parceria com o UNICEF. Já a Lei nº 11.949 de 2023¹² criou o *Projeto Agente de Integração Escolar* (PAIE), regulamentado pela Portaria nº 243-R de 2023¹³. O PAIE ampliou a capacidade de atuação com a **contratação de profissionais dedicados à Busca Ativa Escolar nas unidades escolares da rede estadual**¹⁴, garantindo presença sistemática nas escolas para articulação com famílias e equipes pedagógicas. A partir daí, a **estratégia deixou de ser apenas um programa e consolidou-se como política institucionalizada**, com equipe própria, planejamento e metas.

A implementação das ações da Gerência ocorreu de forma gradual, mas também intensa. Foi preciso **estruturar fluxos, formar equipes, treinar profissionais e, sobretudo, difundir a cultura da Busca Ativa Escolar**. A mudança de mentalidade foi um dos principais desafios. “A percepção do aluno infrequente era daquele que não quer estudar. Fazer essa mudança do olhar foi fundamental”, aponta Mariza. A estratégia passou a enfatizar que a ausência escolar decorre de múltiplos fatores — pobreza, racismo estrutural, trabalho infantil, falta de acesso a serviços básicos — e que a escola pública é direito de todos.

Inicialmente, o **foco foi o monitoramento mais apurado da frequência escolar, com posterior automatização dos dados**, por meio do Sistema Estadual de Gestão Escolar (SEGES). Esse avanço permitiu a **criação de painéis de acompanhamento de trajetória**, com análises semanais sobre risco de abandono. A plataforma da BAE, usada de forma associada, também exigiu capacitações sucessivas, replicadas em cascata pelas regionais de ensino. Hoje seu uso está mais consolidado.

10. A Portaria institui o Comitê de Monitoramento de Resultados de Movimento e Rendimento Escolar da rede pública estadual de educação. Para saber mais: [Portaria SEDU Nº 004-R, de 13 de janeiro de 2023](#).

11. A Portaria altera o Comitê Intersetorial para a Busca Ativa Escolar e Trajetórias de Sucesso Escolar no Espírito Santo e dá outras providências. Para saber mais: [Portaria SEDU 110-R, de 02 de maio de 2023](#).

12. A Lei cria o Projeto Agente de Integração Escolar - PAIE e dá outras providências. Para saber mais: [Lei Nº 11.949, de 7 de novembro de 2023](#).

13. A Portaria regulamenta, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação - SEDU, o Projeto Agente de Integração Escolar - PAIE e dá outras providências. Para saber mais: [Portaria Nº 243-R, de 10 de novembro de 2023](#).

14. Até 2025 foram contratados como bolsistas 250 profissionais para atuarem como agentes em escolas da rede estadual.

Tudo isso ocorreu em meio ao movimento do estado de ampliação da rede de escolas de tempo integral, cujos desafios acabaram por acelerar o processo de implementação da Busca Ativa Escolar. Mariza lembra que as dúvidas sobre a persistência do abandono escolar provocaram a procura por dados e ações que as respondessem: “Quando você começa a pensar nas escolas de tempo integral, nas garantias de direitos, numa política educacional, houve essa preocupação: mas por que os alunos não estão vindo? Por que os alunos estão ficando fora da escola? Por que essa frequência?”

Neste processo, a **Secretaria de Educação contou com a parceria das secretarias estaduais de Direitos Humanos, Saúde e Assistência Social, além do Ministério Público e da Defensoria Pública**. Com a criação da gerência e da portaria que regulamentou a interação entre as instituições, em 2023, a intersectorialidade ficou mais evidente e fortalecida. Cabe um parêntese para a relação da SEDU com a Secretaria de Direitos Humanos que, nesse período, transcendia o comitê, por conta do seu papel administrativo no PAIE, que mais adiante ficou sob gestão única da Secretaria Estadual de Educação.

Atualmente são realizadas **reuniões regulares e sistemáticas com os parceiros** para que as demandas levantadas pela Educação, responsável pela coordenação do Comitê Intersetorial, possam ser compartilhadas, refletidas e endereçadas aos órgãos competentes para fazer os encaminhamentos necessários em nível do estado, desmembrados em seguida para os municípios.

Segundo Gleidson Roberto Margotto, técnico pedagógico da SEDU, houve muitos **avanços no sentido do fortalecimento da intersectorialidade**, mas que exigiram diálogo e perseverança, porque nem sempre o tempo da resolução das questões correspondia à urgência com que elas eram levadas. Érica Castellari Costa, técnica pedagógica da SEDU, concorda e acrescenta os desafios que acontecem em relação à intersectorialidade na ponta: “Existem secretarias que não entendem que são corresponsáveis pela Busca Ativa, pela garantia de direitos. Porque às vezes o acesso é mais fácil, mas a permanência dele [do aluno] é mais difícil e aí precisa unir esses esforços, fortalecer essas ações para garantir esses direitos, tanto na Saúde, na Educação, na Assistência Social. Acho que pode ser um ponto que a gente precisa fortalecer, que é atuar em conjunto, fortalecer os comitês, fortalecer essa intersectorialidade”.

REGIME DE COLABORAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS

O **assessoramento técnico** permanente é uma marca do regime de colaboração entre estado e municípios. A interação já ocorria, mas foi fortalecida com a criação da Gerência e a pactuação com os 78 municípios, que ocorreu no âmbito do Pacto pela Aprendizagem, como relata Mariza:



Mariza Barros
Ribeiro da Vitória,
Gerente de Políticas
de Apoio à Permanência e
Busca Ativa Escolar
da SEDU)

“Já havia o diálogo do estado com o UNICEF, mas a parceria ainda não estava formalizada. O próprio governo viu que a Busca Ativa precisava ter mais espaço dentro da Secretaria. Todo mundo queria uma parceria com a Busca Ativa. Ela não só impulsionava a gente a melhorar o estado, mas a melhorar os municípios. Então, já tinha a base de apoio, a interlocução com o UNICEF, mas a gente precisava garantir que os municípios aderissem de uma forma muito mais comprometida. Então foi feito o regime de colaboração, que garantiu que os 78 municípios fossem adesos e que aprendessem, desenvolvessem, monitorassem e garantissem a participação das crianças e adolescentes nas redes municipais e nós garantíssemos a presença dos alunos na escola.”

Na ocasião, vários municípios já haviam aderido à estratégia. Com o regime de colaboração, a adesão permaneceu ocorrendo de forma voluntária, mas tornou-se pré-requisito para o recebimento de recursos vinculados ao fundo estadual de apoio à educação. Esse arranjo fortaleceu o compromisso local sem romper com a autonomia municipal.

Um dos avanços estratégicos para a Busca Ativa Escolar, desde 2023, foi o **intercâmbio de dados entre as redes estadual e municipais**, especialmente no que se refere à transição de adolescentes do 9º ano do Ensino Fundamental para o 1º ano do Ensino Médio — etapa que registra um expressivo

índice de abandono¹⁵. A troca de informações permite identificar estudantes que não se matricularam no Ensino Médio e acionar rapidamente a rede de proteção. Érica reconhece que essa ação precisa ser aprimorada: “a gente recebe muitos casos do município e às vezes o estudante só foi identificado, mas não teve um acompanhamento, os encaminhamentos”.

A **SEDU tem atuado como referência metodológica para os municípios**, que demonstram abertura aos aprendizados e ao acompanhamento feito pelo estado. A dimensão territorial do Espírito Santo tem favorecido a articulação e o compartilhamento de boas práticas. “O que acontece na SEDU irradia para os municípios”, afirma Mariza. Um exemplo foi o protocolo¹⁶ de Busca Ativa Escolar instituído para as escolas da rede estadual pela Secretaria e que acabou sendo adotado por alguns municípios.

Dentre as **ações de suporte** oferecidas pela gerência estadual aos municípios, estão:

- > **Apoio à implementação de novas ações dentro do município, de protocolos, com reuniões de alinhamento e orientação;**
- > **Acompanhamento da construção do plano de ação municipal e da instituição dos comitês intersetoriais;**
- > **Acompanhamento de todas as demandas que exigem maior articulação;**
- > **Canais de comunicação para fortalecimento das equipes, como reuniões, telefonemas etc.;**
- > **Visitas de apoio técnico para escuta e suporte a questões específicas.**

¹⁵. No Brasil, em 2021, 677.288 estudantes abandonaram escolas municipais e estaduais, segundo dados do INEP. Quase metade dos casos (365.304) acontece no Ensino Médio de escolas das redes estaduais, que reúnem a grande maioria das unidades desse nível. Fonte: painel de dados do [site da Busca Ativa Escolar](#).

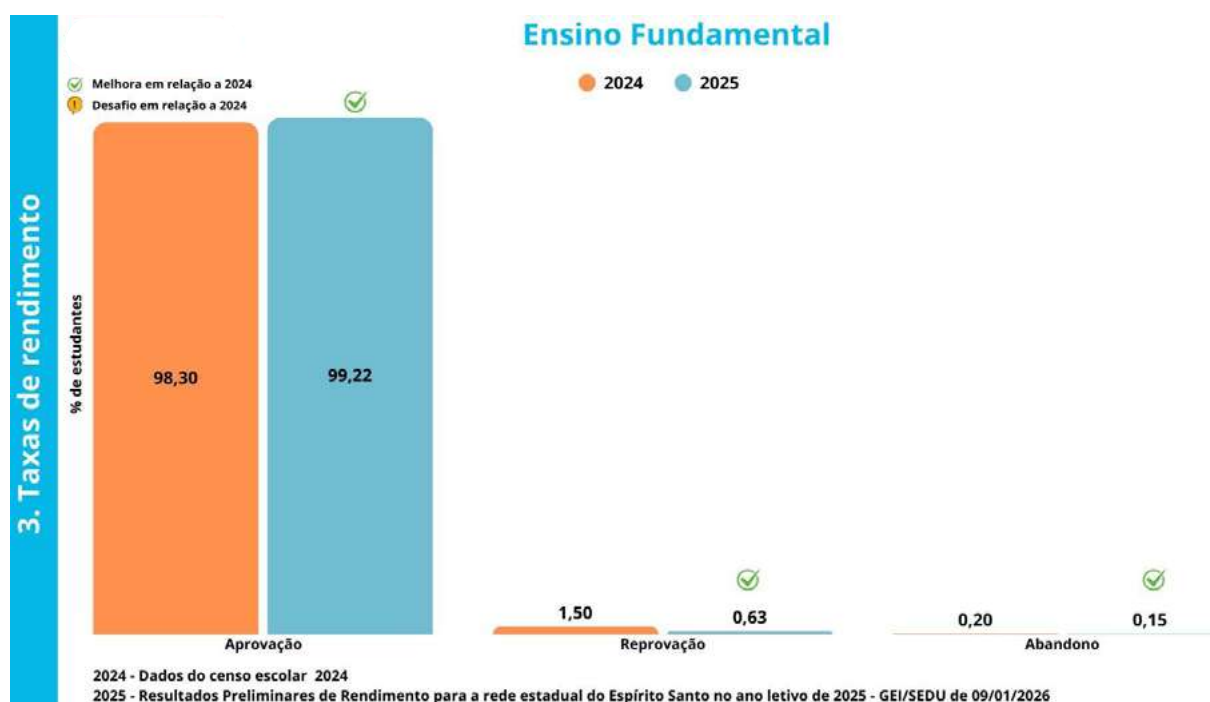
¹⁶. A Portaria institui o protocolo de Busca Ativa Escolar nas unidades escolares da rede pública estadual de ensino do Espírito Santo e dá outras providências. Para saber mais: [Portaria SEDU N. 024-R, de 23 de janeiro de 2025](#).

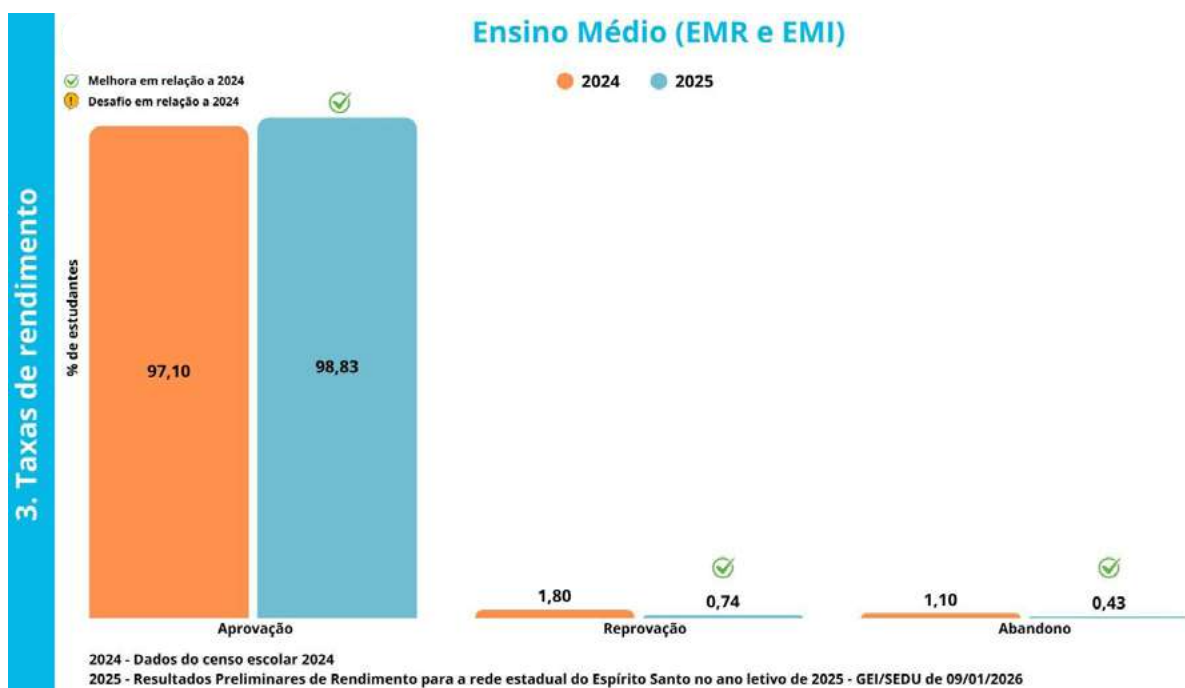
RESULTADOS, APRENDIZADOS E LEGADO

Mariza Barros
Ribeiro da Vitória,
Gerente de Políticas
de Apoio à Permanência e
Busca Ativa Escolar
(da SEDU)

O meu desejo pro futuro é que a Busca Ativa consiga não só garantir o retorno, mas garantir uma permanência com qualidade, com aprendizagem, com significado, com memória. A nossa frente maior é chegar um momento na educação capixaba em que a gente vai falar assim: ‘as escolas capixabas, os alunos estão indo pra escola porque gostam de estar lá’. E eu sei que passar por isso é bem mais do que passar por entender o aluno. Eu acho que a gente também tem que entender o nosso modelo de escola.”

De acordo com Gleidson, entre 2023 e 2025, o **Espírito Santo registrou melhora significativa nos indicadores de fluxo escolar**: redução das taxas de abandono e de reprovação por falta, e aumento das taxas de aprovação no Ensino Fundamental e Médio (vide gráficos abaixo). Mais do que números, observa-se uma maturidade crescente da rede, consequência de todo o esforço que vem sendo mobilizado pelo estado.





Um marco recente foi a **instituição de normativa** que permite a compensação de faltas mediante atividades pedagógicas específicas¹⁷, dentro de limites definidos pelo Conselho Estadual de Educação. A medida responde a uma demanda histórica das escolas: **garantir que o/a estudante que retorna não seja automaticamente reprovado por faltas acumuladas**, desde que cumpra critérios e atividades compensatórias. Trata-se de uma medida com forte caráter social, que preserva o rigor pedagógico e o direito à aprendizagem.

A experiência capixaba pode inspirar outros estados: a importância da **prioridade política**; a institucionalização com **marcos legais**; a **integração entre dados e ação pedagógica**; o investimento em **equipes dedicadas exclusivamente à Busca Ativa Escolar**; e a centralidade da **intersetorialidade**.

A Busca Ativa Escolar no Espírito Santo é, sobretudo, uma experiência de **mudança cultural**. A rede passou a compreender que, quando um/a estudante falta, não se trata de desinteresse, mas de direitos não garantidos. Consolidou-se a ideia de que cada ausência importa e de que é dever do Estado, junto com a família e a sociedade, assegurar que todas as crianças e todos os adolescentes estejam na escola, aprendendo, pertencendo e construindo seus projetos de vida.

Para o futuro, o maior desafio apontado pela equipe da SEDU é **qualificar a permanência**. “Buscar o aluno é muito importante, mas eu tenho responsabilidade com aquela permanência. Que a escola faça sentido para ele.” A meta é que a Busca Ativa Escolar não seja apenas ação de acesso, mas de transformação das experiências escolares.

¹⁷. A compensação foi formalizada através de Portaria que dispõe sobre as diretrizes pedagógicas para o Programa Estadual de Recomposição das Aprendizagens no âmbito da Rede Pública Estadual de Ensino do Estado do Espírito Santo. Para saber mais: [Portaria SEDU N. 093-R, de 20 de março de 2025](#)

PLATAFORMA EM MARECHAL FLORIANO É INSTRUMENTO DE GESTÃO INTERSETORIAL



Jomaira Ramos
de Freitas Mariano,
coordenadora
operacional,
Marechal Floriano

“O uso da plataforma é basal da nossa ação intersectorial no município, porque a Busca Ativa Escolar reverbera por outras estratégias e atividades desenvolvidas por outros profissionais. Porque você tem problemas, diversos fatores que interferem, que impedem a frequência escolar do estudante. A gente, enquanto Educação, não consegue resolver isso sozinho.”

O município de Marechal Floriano utiliza a **plataforma da Busca Ativa Escolar como eixo estruturante da intersectorialidade**. A ferramenta é reconhecida como fundamental para a identificação, o acompanhamento e a superação das situações de infrequência e abandono escolar. Segundo a coordenadora operacional, Jomaira Mariano, a atuação articulada entre as secretarias municipais de Educação, Saúde e Assistência Social e Direitos Humanos é potencializada por meio da plataforma, que possibilita o gerenciamento de informações, registros e encaminhamentos. Todos os setores estratégicos estão cadastrados, o que permite o acompanhamento compartilhado dos casos, reduz a fragmentação das ações e fortalece a tomada de decisão baseada em informações atualizadas.

O município é um grande produtor de grãos de café e possui uma forte avicultura de corte e de postura, atividades que atraem um grande movimento migratório e geram uma intensa rotatividade de famílias que chegam, em muitas situações, com crianças e adolescentes em idade de matrícula na educação básica e com outras demandas de proteção social.



Equipes municipais durante atividade prática no Encontro Formativo da Busca Ativa Escolar, 2025.

A primeira adesão do município à BAE ocorreu no final de 2019 (dentro do ciclo 2017-2020), no contexto do monitoramento do Plano Municipal de Educação, quando a Secretaria de Educação do município buscava oportunidades de suporte entre as políticas nacionais e estaduais capazes de responder às metas ainda não alcançadas. Após a adesão, foi iniciado um **processo gradual de apropriação do desenho da estratégia** pela coordenação operacional, com ajuda dos cursos e materiais disponíveis no *site* da Busca Ativa Escolar¹⁸.

A **adesão do prefeito conferiu o compromisso e a legitimidade institucional do município à estratégia**. A implementação começou priorizando o **fortalecimento das parcerias intersetoriais e a construção coletiva dos fluxos de trabalho**. Com o processo mais amadurecido, a BAE foi formalizada em 2022, por meio de decreto municipal. Paralelo a isso, o estado também propôs, como parte do regime de colaboração, a normatização da estratégia por todos os municípios capixabas.

Os casos de Marechal Deodoro começaram a ser discutidos nas reuniões mensais do Comitê Gestor, mas havia muito receio de que o uso da plataforma gerasse um quantitativo de alertas que o grupo não seria capaz de atender. Mesmo com insegurança, iniciaram a primeira gestão de caso no sistema. A coordenadora operacional conta que começou então a estimular que os profissionais fizessem os cursos disponíveis no *site* da BAE, assim como ela: “Gente, tem um curso aqui. Aí abri com eles, fui mostrando os perfis. Você pode fazer todos os cursos, mas vamos começar com o perfil que você tá cadastrado, né? Então começou assim, fizemos esse estudo, começamos a utilizar”. **À medida que foram utilizando a plataforma, foram remodelando a ação, os papéis, quem seria indicado para cada perfil, fazendo os cadastros, e o processo foi tomando corpo e amadurecendo.**

¹⁸. Marechal Deodoro renovou a sua adesão à BAE nos ciclos 2021-2024 e 2025-2028.

COMO A PLATAFORMA É UTILIZADA NA BUSCA ATIVA ESCOLAR DO MUNICÍPIO

Jomaira Ramos
de Freitas Mariano,
coordenadora
operacional,
Marechal Floriano

“A plataforma é excepcional, porque ela é gratuita. Não demanda da gente ter uma verba para fazer esse trabalho. A gente consegue desenvolvê-lo com os funcionários que nós já temos, com as equipes que nós já temos formadas e, aos poucos, nós fomos nos adequando e melhorando os serviços.”

Na rede de educação, o **monitoramento da frequência é realizado regularmente pelo secretário escolar, com o suporte do pedagogo**, que exerce a função de supervisor institucional que acompanha e faz o registro de estudantes com faltas recorrentes num formulário e na plataforma. O **pedagogo convida a família para comparecer à escola a fim de pesquisar os motivos da infrequência**, atualizar dados de contato e endereço - caso haja necessidade de uma visita - e colher a assinatura do termo de ciência, no qual os/as responsáveis declaram estar informados sobre as ausências e o desempenho do/a aluno/a. O documento foi uma sugestão do Ministério Público do Espírito Santo para deixar registrada a atenção e o procedimento adotado pela escola. Esse instrumento ajuda a complementar as informações lançadas na plataforma para a gestão do caso.

Os **alertas também são criados por agentes comunitários de saúde**, que exercem papel estratégico na identificação de crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de abandono. Na implantação da BAE, não havia agentes de saúde cobrindo todos os territórios. Isso mudou com a chegada, na ocasião, de uma nova Secretária de Saúde, que havia sido Secretária de Educação na época da adesão municipal. Os agentes foram treinados em reuniões e cadastrados na plataforma. Chegaram a receber tablets para uso nas visitas, mas, atualmente, não conseguem fazer o uso direto para criação do alerta por dificuldades de conectividade. Por ser uma cidade pequena, existem vários locais com acesso precário à internet. Então o alerta dos agentes de saúde é feito através de um formulário compartilhado com o supervisor institucional da Secretaria de Saúde, que utiliza os dados para registrá-los na plataforma.

Os/as **técnicos/as verificadores/as da assistência social têm um duplo papel de criação de alerta e pesquisa** acerca da situação da criança ou do/a adolescente e sua família e dos motivos que o/a levam à ausência da escola. Isso porque muitas vezes a primeira visita é feita pelo CRAS como parte da

sua rotina de atuação e, nesses casos, o/a próprio/a técnico/a cria o alerta. Um relatório é produzido a partir da visita e lançado na plataforma, indicando os encaminhamentos necessários para as demandas identificadas.

A **coordenação operacional recebe a notificação do alerta, verifica as indicações e, quando necessário, articula os parceiros para atendimento** das demandas sinalizadas no relatório na plataforma. O **Conselho Tutelar também tem acesso à plataforma** e participa ativamente do processo, analisando os casos, realizando visitas e promovendo os encaminhamentos, inclusive ao Ministério Público, quando indicado.

BALANÇO DA EXPERIÊNCIA DE MARECHAL FLORIANO COM A UTILIZAÇÃO DA PLATAFORMA

A **plataforma da Busca Ativa Escolar constitui instrumento importante para a gestão dos casos em Marechal Floriano, funcionando como espaço integrado de compartilhamento de informações entre os setores**. A ferramenta tem facilitado o acompanhamento contínuo dos casos de abandono escolar, desde a identificação até a sua resolução, favorecendo respostas mais rápidas, articuladas e adequadas às necessidades de cada criança ou adolescente.

A **plataforma tem contribuído também para reunir dados que fortalecem estratégias preventivas**, permitindo ao município atuar de forma antecipada em situações de risco, como ausências recorrentes, migração recente ou contextos de vulnerabilidade social, reduzindo a reincidência e fortalecendo a permanência escolar.

O sucesso da utilização da plataforma da Busca Ativa Escolar no município se deve ainda à **qualidade de implementação da própria estratégia por meio do engajamento efetivo das equipes e secretarias envolvidas e da rede de proteção social**. A intersetorialidade é condição essencial, uma vez que a ausência da escola impacta diretamente em todas as áreas. Tem sido fundamental também a compreensão dos/as gestores/as de que a plataforma não gera novas demandas, mas organiza, integra e potencializa práticas já existentes, evitando retrabalho e otimizando fluxos. A **criação de espaços permanentes de governança intersetorial**, com reuniões regulares e participação ativa dos/as coordenadores/as dos equipamentos, mostrou-se decisiva para a consolidação da estratégia.

**Jomaira Ramos
de Freitas Mariano,**
coordenadora
operacional,
Marechal Floriano

A segurança pública piora se a criança não está na escola, a saúde piora, a questão social da qualidade de vida de todos, porque interfere em todos, até aqueles que não precisam, que têm uma ótima renda financeira, todos nós somos impactados quando as crianças, os adolescentes não estão devidamente na escola.”

Entre os principais desafios apontados pela coordenadora operacional está a elevada rotatividade de profissionais nas secretarias e nas escolas, intensificada por mudanças de gestão, realidade presente em grande parte das administrações públicas brasileiras. Isso demanda processos permanentes de formação sobre a metodologia e a plataforma, reapresentação da estratégia e fortalecimento institucional para assegurar a continuidade e a qualidade das ações da BAE.

Outro desafio relevante é a reconfiguração do desenho da plataforma para municípios de pequeno porte, que reduziu a autonomia de alguns/algumas supervisores/as para visualizar e registrar informações. Essa limitação tem impactado a agilidade dos registros e exigido maior mediação por parte da coordenação operacional.

DADOS DA PLATAFORMA CONTRIBUINDO PARA O APRIMORAMENTO DE AÇÕES PREVENTIVAS DO MUNICÍPIO

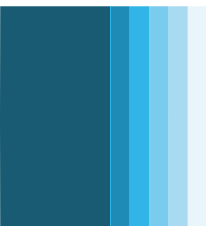
A análise dos dados consolidados na plataforma, especialmente os gráficos relacionados aos motivos de abandono escolar, tem subsidiado ajustes importantes na política municipal. Isso foi provocado a partir da percepção de que o município estava trabalhando bem com a BAE no sentido de resolver as situações de abandono, mas que ainda atuava pouco na perspectiva da prevenção, em lidar com os fatores geradores da infrequência que poderiam ser evitados ou dirimidos.

A partir dessa constatação e de posse dos dados, a coordenação operacional promoveu reuniões ampliadas com profissionais da Educação, Saúde e Assistência Social para fazer uma leitura coletiva dos motivos. Entre os achados, destacou-se a incidência significativa de casos associados à gravidez na adolescência.

As escolas também foram consultadas por meio de pesquisa para identificação de temas prioritários, que confirmou a importância do tema mapeado pelas equipes e trouxe outras demandas. Com base nos resultados, foram organizadas ações educativas e formativas em todas as unidades escolares, com adequação da linguagem ao público atendido, respeitando as especificidades de cada território e etapa de ensino. As equipes intersetoriais foram preparadas por tema, garantindo alinhamento técnico, abordagem pedagógica adequada e efetividade das intervenções.

Todo o **planejamento dessas ações teve como referência os dados produzidos pela plataforma da Busca Ativa Escolar**, especialmente relacionados aos motivos de risco de abandono e exclusão escolar. A coordenadora lembra a importância do registro dessa informação na plataforma e lamenta que ela não seja atualizada à medida que o caso e o contato com a família avançam e os motivos vão ficando mais nítidos. “Seria interessante se, em algum momento, um perfil pudesse olhar isso com mais cuidado para mudar esse motivo, para não mascarar, pois a gente vai identificando até chegar no problema real, porque primeiro você tem que conquistar a confiança da família, porque às vezes não é fácil, principalmente se ele não é do município”, sugere a coordenadora.

Os pontos de atenção e as reflexões trazidas por Jomaira em relação à plataforma da BAE são fundamentais para o seu aprimoramento. Como parte do desenho da Busca Ativa Escolar, é natural que a plataforma demande alterações que reflitam o avanço e o amadurecimento da implementação para que siga como uma ferramenta essencial, e disso a coordenadora não tem dúvida: **“A plataforma é fundamental porque ela não cria mais trabalho, ela organiza o que a gente já faz.** Cada secretaria continua fazendo o seu relatório, mas agora compartilha. Não precisa de ofício, não precisa de papel, não precisa de protocolo. Isso otimizou tudo. Para nós, ela é a base da estratégia, é dali que a gente gerencia os casos”, afirma a coordenadora.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Guia reafirma que a implementação da Busca Ativa Escolar (BAE) no Espírito Santo é resultado do compromisso coletivo, da articulação interseccional e da construção de práticas alinhadas às realidades locais. As experiências aqui apresentadas evidenciam que, quando há intencionalidade, planejamento e colaboração, é possível transformar desafios em respostas e ações concretas capazes de assegurar o direito à educação.

Ao longo deste material, observa-se que o fortalecimento da BAE passa pela integração efetiva entre Educação, Assistência Social, Saúde e demais políticas públicas, pela qualificação contínua das equipes, pela construção de planos de ação e pelo acompanhamento sistemático dos casos. Mais do que uma metodologia, a Busca Ativa Escolar se consolida como uma estratégia de garantia de direitos, que reconhece as múltiplas vulnerabilidades que atravessam a vida de crianças e adolescentes e atua de forma preventiva e resolutiva.

Os relatos e as práticas compartilhados demonstram que o engajamento das gestões municipais, o envolvimento das escolas e a participação ativa das comunidades são fatores decisivos para o sucesso das ações. Cada território, com suas especificidades, potencialidades e desafios, contribui para a construção de soluções criativas, humanizadas e sustentáveis, fortalecendo a rede de proteção e ampliando as oportunidades educacionais.

Que este material se consolide como instrumento de inspiração, fortalecimento e mobilização das equipes da BAE em todo o Brasil, comprometidas com a garantia do acesso e da permanência de crianças e adolescentes na escola. Que ele também estimule a continuidade dos esforços, a troca de experiências entre municípios e o aprimoramento constante das ações, reafirmando que assegurar o direito à educação é uma responsabilidade compartilhada e um compromisso inadiável com o presente e o futuro do país.

BUSCA ATIVA ESCOLAR

ESPÍRITO SANTO

Parceria Técnica



Parceria Institucional

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Educação



Parceria Estratégica



Iniciativa



unicef 
para cada criança